

Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões**CONTRARRAZÃO :**

À
POLÍCIA FEDERAL – COORDENAÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 03/2021
Processo Administrativo nº 08211.004934/2020-07

Att Exmo. Sr. Pregoeiro

Ref: Contrarrazões ao Recurso interposto pela empresa PA COMÉRCIO E SERVIÇOS GERAIS EIRELI – ME.

KA TECNOLOGIA TREINAMENTOS E ARTES EIRELI, inscrita no CNPJ: 28.315.087/0001-05, por seu representante legal, tendo em vista o r. recurso interposto pela empresa PA COMÉRCIO E SERVIÇOS GERAIS EIRELI – ME., vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência apresentar suas CONTRARRAZÕES pelos motivos abaixo.

DAS ALEGAÇÕES DO RECURSO

Em apertada síntese, a Recorrente, inconformada com a correta decisão de V.Exa., exige a desclassificação da Recorrida sob alegação de que esta não enviou o alvará de funcionamento da empresa para provar que ela está inscrita no Cadastro de Contribuintes Municipal nos termos do item 9.9.5. do Edital.

Simples assim.

Todavia, como se verá, não assiste razão à Recorrente que age - com o perdão do trocadilho - no melhor estilo do "se colar, colou".

DOS FATOS E DO DIREITO

Explica-se.

O item 9.5.5. do Edital expressamente prescreve a necessidade de se provar estar inscrito no cadastro de contribuintes municipal.

Em momento algum ele atrela essa prova ao Alvará de Funcionamento.

Pergunta-se: se a Certidão Negativa expedida pela Prefeitura Municipal de Barueri destaca o nome da Recorrida, o CNPJ da Recorrida, o endereço da Recorrida, a Inscrição Municipal n. 4.84523-2 da Recorrida, isso não seria prova suficiente dela estar inscrita perante a Prefeitura Municipal de Barueri?

Esquece-se a Recorrente sobre a previsão contida no item 9.3 do Edital, qual seja:

"9.3.Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação."

Ou seja, ao contrário do exigido pela Recorrente, V.Exa. entendeu que a prova de inscrição municipal já estava mais do que feita, pois, caso contrário, teria determinado que a Recorrida complementasse tal informação, nos termos do item 9.3 do Edital.

Abrindo-se parênteses. Frise-se que a Recorrida não é vestibulanda na prestação de seus serviços aos órgãos públicos. Seus atestados de Capacitação Técnica demonstram ter contratos em curso com o Supremo Tribunal Federal e com o Tribunal de Justiça de Tocantins, entre outros.

E como é do conhecimento de V.Exa., em qualquer contrato com a Administração Pública há necessidade de se fazer a prova de que possui inscrição Municipal. Ou seja, por uma lógica simples, se contratou é porque possui inscrição Municipal.

Logo, se a recorrente deseja contestar os documentos que provam que a Recorrida está devidamente cadastrada perante a Prefeitura Municipal de Barueri, deveria ter apresentado a alegação de falsidade documental, pois isso sim seria o correto a fazer ao não considerar que aqueles documentos (inclusive o expedido pela Prefeitura) conteriam informações verdadeiras sobre a correta inscrição da Recorrida perante o Município.

Por fim, tendo em vista que a verborragia proferida pela Recorrente não tem o condão de infirmar os documentos que comprovam estar ela devidamente inscrita perante a Prefeitura Municipal, vale trazer alguns acórdãos do Tribunal de Contas da União para esclarecer à Recorrente que em caso de dúvidas, mas em existindo informações nos documentos juntados, o Pregoeiro responsável na condução do Pregão deve, antes de mais nada, realizar diligências antes de inabilitar a licitante. Observe-se.

"É IRREGULAR A INABILITAÇÃO DE LICITANTE EM RAZÃO DE AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO EXIGIDA PELO EDITAL, QUANDO A DOCUMENTAÇÃO ENTREGUE CONTIVER DE MANEIRA IMPLÍCITA O ELEMENTO SUPOSTAMENTE FALTANTE E A ADMINISTRAÇÃO NÃO REALIZAR A DILIGÊNCIA PREVISTA NO ART. 43, § 3º, DA LEI 8.666/1993, POR REPRESENTAR FORMALISMO EXAGERADO, COM PREJUÍZO À COMPETITIVIDADE DO CERTAME. ACÓRDÃO 1795/2015-PLENÁRIO | RELATOR: JOSÉ MUCIO MONTEIRO"

No mesmo sentido os Acórdãos Acórdão 3340/2015-Plenário | Relator: BRUNO DANTAS, Acórdão 3418/2014-Plenário | Relator:

MARCOS BEMQUERER, Acórdão 2873/2014-Plenário | Relator: AUGUSTO SHERMAN, Acórdão 3615/2013-Plenário | Relator: VALMIR CAMPELO, Acórdão 2459/2013-Plenário | Relator: JOSÉ MUCIO MONTEIRO, Acórdão 1170/2013-Plenário | Relator: ANA ARRAES, etc, ...

Assim, pelo todo exposto, vem respeitosamente perante V.Exa. para requerer seja julgado improcedente o recurso da Recorrente, bem assim, seja mantida a habilitação da Recorrida por uma questão de Justiça.

Termos em que,
Pede Deferimento.
São Paulo, 22 de fevereiro 2021.

KA TECNOLOGIA TREINAMENTOS E ARTES EIRELI

Voltar